



Congresso

CCJ da Câmara aprova proposta que autoriza leis estaduais sobre armas

— Projeto de lei foi elaborado pela oposição para enfrentar ‘revogação’ de Lula sobre o tema e segue caminho contrário à interpretação do Supremo em diferentes julgamentos

LEVY TELES
BRASILIA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei complementar que autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre a posse e o porte de armas de fogo em caso de defesa pessoal, práticas desportivas e de controle de espécies exóticas invasoras.

A proposição faz parte da campanha da bancada da bala contra o “revogação” proposto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva logo no início do seu terceiro mandato e o Supremo Tribunal Federal (STF), que, em reiteradas oportunidades, declarou inconstitucionais leis estaduais que facilitam o porte de armas.

Carta
Constituição permite repassar aos Estados parte da responsabilidade sobre o tema, afirma oposição

O texto foi aprovado por 34 votos a 30, e agora vai a plenário, onde precisará da maioria absoluta — isto é, pelo menos 257 votos favoráveis dos 513 deputados — para ser aprovado. Da última vez que a oposição tentou passar uma proposta a favor do porte ou posse de armas, a derrota foi por pequena

margem. Em dezembro de 2023, o grupo tentou sustar o “revogação” de Lula e perdeu por três votos. Eles obtiveram 254 dos 257 votos necessários.

COMPETÊNCIA. Deputados governistas questionam a constitucionalidade do projeto de lei complementar. Já os integrantes da oposição argumentam que há no texto constitucional margem para repassar aos Estados parte da responsabilidade que é atribuída à União. Trecho do artigo 22 da Constituição diz que uma “lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas”. O material bélico está entre os temas presentes listados nesse artigo.

Governistas, de outro lado, usam o artigo 21 da Carta Magna para embasar o posicionamento. Segundo o texto, compete à União “autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico”.

Atualmente, a legislação sobre o tema é apenas da competência do governo federal. Na gestão de Jair Bolsonaro (PL), o acesso a armas foi ampliado. Quando assumiu, Lula revogou decretos do antecessor para conter a proliferação de autorizações de porte e posse de armamentos.

O projeto de lei complementar em questão permite que os Estados possam conceder a permissão para posse e porte de arma de fogo tanto para defesa pessoal como para práti-



Deputada Caroline de Toni, autora da proposta e presidente da CCJ

Para lembrar

Decreto de petista barrou medidas pró-armas

• CACs

Publicado em 2 de janeiro de 2023, o decreto assinado por Lula barrou novos CACs (colecionadores, atiradores desportivos e caçadores) por pelo menos cinco meses

• Clubes de tiro

O “revogação” vetou novos clubes de tiro e proibiu o “tiro recreativo” nos clubes, o que permitia pessoas sem porte de arma ou registro de CACs irem aos estabelecimentos praticar disparos por hobby

• **Munição**
O decreto reduziu a quantidade de munições que podiam ser adquiridas. As de calibre permitido ficaram em, no máximo, 600 por ano. Na época, CACs podiam comprar 5 mil munições por arma

cas esportivas e de controle de fauna exótica invasora, o que pode beneficiar os chamados CACs, grupo formado por colecionadores, atiradores desportivos e caçadores.

Para isso, é preciso que seja comprovado um componente “cultural e tradicionalista” no uso de armas de fogo, e que o Estado ateste que tem a capacidade de fiscalização de quem

possuir armas de fogo e, no caso de invasão de fauna exótica, se houver comprovação de que o Estado está afetado por tal problema.

A caça de javalis, incentivada para eliminar a espécie que é considerada praga, criou um mercado recreativo avaliado por especialistas como algo que piora a atual situação e permite que o animal se espalhe de forma descontrolada pelo País.

Em março, o **Estadão** mostrou que o Exército emitiu licenças de CACs para condenados por crimes como tráfico de drogas e homicídio, pessoas com mandados de prisão em aberto e para cidadãos que podem ter sido usados como “laranjas” do crime organizado. O cenário foi descrito em um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Polícia Federal prepara uma reorganização interna para reforçar o setor responsável pelo controle de armas nas mãos de civis.

“No atual cenário deste ano de 2023, no qual o novo governo federal vem impondo fortes limitações a este segmento de armas de fogo, sinalizando com outra série de restrições a serem implementadas, todas as iniciativas para evitar este retrocesso normativo são bem-vindas, desde que promovidas pacificamente, e dentro da legalidade”, justificou a deputada Caroline de Toni (PL-SC), autora da proposta e presidente da CCJ. ●

Congresso cede ao governo e adia a votação de vetos do presidente

IANDER PORCELLA
VERA ROSA
BRASILIA

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), anunciou ontem que a sessão para análise de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a matérias aprovadas pelo Legislativo foi adiada. O Palácio do Planalto passou o dia tentando postergar a sessão com receio de que os depu-

tados e senadores retomassem o calendário obrigatório de emendas impositivas (individuais e de bancada estadual). Além disso, havia dúvidas sobre o acordo para recomposição do corte nas emendas de comissão.

“Pelo bem da República, foi tudo adiado”, disse Guimarães. A previsão, agora, é de que a sessão seja realizada entre os dias 7 e 9 de maio.

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Sena-

“O que nós acertamos na Câmara, por maioria dos líderes, é que a Câmara estava pronta para votar os vetos”

Arthur Lira (PP-AL)
Presidente da Câmara dos Deputados

do, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), concordaram em adiar a sessão que votaria vetos de Lu-

la a projetos aprovados no Congresso. Mais cedo, porém, Lira havia defendido a realização da sessão. Segundo ele, houve tempo suficiente para o Congresso “maturar” os vetos presidenciais. “O que nós acertamos na Câmara, por maioria dos líderes, é que a Câmara estava pronta para votar os vetos”, declarou o deputado alagoano, a jornalistas.

“Se determinados assuntos não mudaram ou não mudaram, é melhor que nós resolvamos logo, para que o governo, depois, em outras situações, não fique apertado no seu calendário de votações ou projetos que possam tramitar na Casa”, completou.

Como mostrou o *Esta-*

do/Broadcast, o adiamento da votação no Senado, na manhã de ontem, de um projeto de lei que poderia destravar as negociações sobre vetos irritou os líderes da Câmara, que estavam reunidos com Lira.

Alguns parlamentares comentaram, sob reserva, que a “bronca” pública de Lula nesta semana para que ministros do governo conversassem mais com os parlamentares não adiantou.

O governo trabalhou para que nenhum veto fosse apreciado na tarde de ontem, com receio de que uma derrota no plenário do Congresso ofusasse uma semana considerada positiva para a agenda econômica. ●